

## IMPACTOS DA PANDEMIA NA SOCIABILIDADE INFANTIL: DESAFIOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Ana Cecília Peçanha Dimas<sup>1</sup>

Universidade Federal de Uberlândia UFU

Graduanda do curso de Bacharelado e licenciatura em História UFU

**RESUMO:** O presente estudo analisa os impactos da pandemia de Covid-19 na sociabilidade infantil e nos desafios enfrentados no ensino de história, com o objetivo de identificar estratégias que promovam um aprendizado mais eficaz e inclusivo. Fundamentamo-nos em teóricos como Bittencourt (2008) e Luís Alves (2001), que discutem a formação crítica e a importância de um ensino adaptável. A pesquisa foi realizada em uma escola do interior do Triângulo Mineiro, utilizando procedimentos metodológicos qualitativos, que incluíram observações das condições estruturais e pedagógicas da instituição. Os resultados indicam que a pandemia gerou lacunas significativas no aprendizado e nas interações sociais dos alunos, evidenciando a necessidade de aulas dinâmicas e práticas que valorizem os saberes pré-existentes dos estudantes. Concluímos que, apesar das dificuldades, o ensino de história pode desempenhar um papel crucial na formação de cidadãos críticos e engajados, sendo essencial repensar as abordagens pedagógicas para atender às novas demandas educacionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino de história; Pandemia; Sociabilidade Infantojuvenil.

## IMPACT OF THE PANDEMIC ON CHILDREN'S SOCIALIZATION: A CHALLENGE FOR HISTORY EDUCATION

**ABSTRACT:** The present study analyzes the impacts of the Covid-19 pandemic on children's sociability and the challenges faced in teaching history, with the aim of identifying strategies that promote more effective and inclusive learning. We are based on theorists such as Bittencourt (2008) and Luís Alves (2001), who discuss critical training and the importance of adaptive teaching. The research was carried out in a school in the interior of Triangulo Mineiro, using qualitative methodological procedures, which included observations of the institution's structural and pedagogical conditions. The results indicate that the pandemic generated significant gaps in students' learning and social interactions, highlighting the need for dynamic and practical classes that value students' pre-existing knowledge. We conclude that, despite the difficulties, teaching history can play a crucial role in training critical and engaged citizens, and it is essential to rethink pedagogical approaches to meet new educational demands.

**KEYWORDS:** History teaching; Pandemic; Sociability of Children and Adolescents

---

Graduanda do curso de Bacharelado e licenciatura em História, Universidade Federal de Uberlândia, anaceciliapecanha76@gmail.com.

## Introdução

Sabe-se que a pandemia da COVID-19, que aplacou no cenário mundial, entre os anos de 2019 e 2022, deixou incontáveis impactos sociais a curto e longo prazo. O ano de 2023 declarou o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional<sup>2</sup> referente a Covid-19, entretanto, é necessário mensurar quais possíveis consequências esse evento acarretou a formação e o ensino de crianças e adolescentes, que ficaram sob reclusão social, sobretudo, do ambiente escolar.

Findada as normas de distanciamento social, juntamente com as implementações de restrição advindas da pandemia, foi possibilitado o retorno das aulas presenciais, tanto da educação básica como da educação superior. Dentro dessa retomada, é possível que seja analisado, como o isolamento pandêmico de aproximadamente 3 anos refletiu diretamente no desenvolvimento socioeducativo dessas crianças e jovens.

Sabendo que o ambiente escolar é responsável pela segunda fase de desenvolvimento cognitivo, segundo a psicologia histórico-cultural do psicólogo russo Lev Vygotsky,<sup>3</sup> que destaca o papel fundamental da aprendizagem em relação ao ambiente que os sujeitos estão inseridos.

A ambientação dos indivíduos, é sem dúvida, essencial para interiorização, tanto física quanto psíquica, nas relações civis da sociedade a qual esses sujeitos em formação estão vinculados. Essa necessidade de ambientação e estruturação do saber social é discutida por Suely Amaral Mello (1999), quando contextualiza as intersecções no ambiente, no que diz respeito ao desenvolvimento.

Para Marx, assim como Vygotsky e outros estudiosos que juntaram a sua escola, o homem não nasce humano. Sua humanidade é externa a ele, desenvolvida ao longo do processo de apropriação da cultura que as novas gerações encontram ao nascer, acumulada pelas gerações precedentes – cultura essa que é, portanto, peculiar ao momento histórico em que o indivíduo nasce e ao lugar que ocupa nessa sociedade. (Mello, 1999.p.17).

---

<sup>2</sup> Para saber mais: OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19, acesse <<https://www.unasus.gov.br/noticia/oms-declara-fim-da-emergencia-de-saudehttps://www.unasus.gov.br/noticia/oms-declara-fim-da-emergencia-de-saude-publica-de-importancia-internacional-referente-a-covid-19publica-de-importancia-internacional-referente-a-covid-19>> Acesso em: 14 de março de 2024.

<sup>3</sup> Fundador da escola soviética de psicologia histórico-cultural e, percussor da fundamentação teórica das relações ambiente e sujeito, no desenvolvimento pessoal.

Percebe então, que essa relação sujeito e sociedade, é constituída pelas condições de aprendizagem referentes ao local e o período de vivência. É evidente o papel fundamental que a estrutura escolar como um todo, tende a desempenhar na formação do cidadão. Com isso, a problemática levantada é como relacionar as implicações que recaem sobre esse espectro e, de que forma elas podem afetar direta ou indiretamente a construção dos conhecimentos fundamentais, as experiências diversas e condizentes do ambiente escolar?

### **O papel do ambiente escolar na sociabilidade infanto-juvenil**

A interação com o meio é uma das teses de Lev Vygotsky, o autor trata da formação do pensamento conceitual e, dos conhecimentos adquiridos através das experiências cotidianas, as quais as crianças são submetidas em seu processo de formação, sobretudo, dentro da escola.

A Teoria Histórico-Cultural, desenvolvida por Vygotsky (2001), leva em consideração aspectos relacionados à interação, à linguagem, ao contexto histórico do indivíduo, às particularidades individuais, às vivências, às experiências, aos aspectos biológicos e às condições materiais. (Ferreira. 2022. p. 644).

Além do pensador e psicólogo ter se aprofundado nas relações que explicitam o desenvolvimento mental, como fator dependente da exposição e exploração do ambiente, esse também é um dos estudiosos da epistemologia comportamental que mais atribui destaque ao professor, principalmente, como mediador da relação de aprendizagem escolar e aluno.

Dado essa relação, debates no campo da psicologia, sobre os desenvolvimentos psicomotores ampliados nos estudantes em seus primeiros anos em contato com a escola – essa que não será aprofundada nesse trabalho – cabe a exposição da função do saber associativo, condicionado pelo progresso dos anos escolares, desde os primeiros anos da educação infantil, até a formação média.

Como enfatiza Mello (1999), no ponto de vista de teoria histórico-cultural, “todo o processo de desenvolvimento da inteligência e da personalidade – das habilidades, das aptidões, dos valores, constituem o processo escolar”. Através desse processo que se pode ter, por meio da atuação do professor e de um conjunto de regimentos, a fundamentação da cultura escolar no desenvolvimento individual de cada aluno.

Quando advém um fator adverso que se sobrepõe a essa fase, de modo a atrasar ou impossibilitar a sua execução e progresso, como foi o caso da pandemia mundial da Covid-19, a aprendizagem que só é possibilitada através do convívio, brincadeiras, conversas e regras de conduta, advindas do ambiente escolar, fica diretamente prejudicada.

O conceito de educação provém do requerimento de conhecimentos por meio da socialização, esses não apenas cognitivos, mas comportamentais. Em vista disso, o momento pandêmico, inviabilizou as variadas formas de contato e trocas proporcionadas pela escola, já que uma das indicações e normas desenvolvidas para evitar o contágio da doença, foi o isolamento social.

É notável que de maneira geral, a reclusão, ainda que fosse um fator de sobrevivência e proteção inquestionável, iria causar um retardo na educação, principalmente, se tratando de um agravador da situação educacional brasileira que já sofria com instabilidades institucionais do sistema de ensino muito anteriores à pandemia, mas com o decorrer desta se mostram muito mais alarmantes.

A pandemia não foi o causador do impasse central, e sim, o evento que possibilitou externar as variáveis controversas que acompanham as redes de ensino brasileiras, como a desvalorização do profissional de educação; a sobrecarga de competências de ensino, que não atingem somente o aluno, mas o professor; a escassez de recursos disciplinares e fundamentais, que fazem parte do dia a dia escolar; como também, implementação de “novos” sistemas de ensino, visando quantificar a formação ao invés de tratar o elefante na sala – a questão do sucateamento da educação.

Entretanto, ao postergar todas essas questões por mais tempo do que a rede de ensino de fato poderia suportar, somado ao advento do período pandêmico, deficitário de sociabilidade, percebe-se que os alunos, condicionados a esses três anos de reclusão, obtiveram uma significativa perda de experiências e conhecimentos, esses que são necessários a elaboração do mundo ao qual estão inseridos. Desta forma, se tratando do ambiente escolar e todas as condicionantes intrínsecas a ele, pode ser enfatizado que os benefícios dados por essa interação, estão voltados a formação de um cidadão participante e ativo socialmente.

É essa interação que nos permite questionar, argumentar, entender que temos direitos e deveres e, enfim, aprendermos a ter percepção de mundo, além de ser a escola uma das instituições de manutenção da

cultura e de intercâmbio cultural, por promover importantes trocas de conhecimentos adquiridos nas relações sociais familiares. (Dutra, Carvalho, Saraiva, 2020.p. 295).

O aparato preparativo de constituição de saberes, deveres e direitos proporcionado pelo ambiente escolar, tem implicações tamanhas, de forma a ser nesse ambiente que os indivíduos irão ter acesso à várias transições afetivas e comportamentais, dificilmente supridas por outros contatos e trocas. É na escola, e no processo gradual de formação, que o aluno vai aprender o momento de falar e deixar o outro falar, como também os momentos certos de estar em sala executando suas tarefas, momentos estipulados para convivência, brincadeiras e entendimento da figura do professor, não como autoridade disciplinar, mas como moderador dos exercícios e provocações que alimentam o conhecimento. Essas são algumas normas e deveres que, associados ao microcosmos do ambiente escolar, promovem a formação do cidadão.

Quando uma situação adversa sobrepõe e quebra esse processo de aprendizagem – desses indivíduos que ainda estão em processo de internalização dos meios – causa uma ruptura ou uma falta de integração significativa, ficando os processos de sociabilidade lesados, de forma a interferir na formação desses alunos. Podem ser observadas, para além das exigências qualitativas, relacionadas a abstração dos conteúdos disciplinares, as lacunas da construção social, exigida dentro da sociedade, onde de fato é cobrado a primária de formação regimental.

As disfunções da educação brasileira vem sendo um plano sistemático de sucateamento da educação pública, que busca favorecer poucos à custa de muitos, submetendo o ensino a interesses panorâmicos de um neoliberalismo<sup>4</sup> arbitrário. Muito além da questão do professor como interventor, ou como muitos ainda acreditam, detentor do conhecimento que é transmitido aos alunos no processo de formação básica, existem imposições e limitações cotidianas que de forma aludida, condicionam a formação de crianças e jovens. Há imposições ligadas a estrutura escolar de forma geral, seja na questão da formação, como nos auxílios fundamentais de vida ou como diz Prandi e o colaboradores:

---

<sup>4</sup> As propostas neoliberais, em torno da educação, estão ligadas à sua base rudimentar de premissas ideológicas. Nesse aspecto, pode ser mencionado a descentralização estatal, desmantelamento de instituições pública e o direcionamento delas para interesses privados. Para saber mais, leia EVANGELISTA, Ana Carolina. Ruínas do Neoliberalismo alimentam extrema direita: Bolsonaro representa um fenômeno que não é apenas brasileiro, mas mundial. Revista Piauí. 2022.

O problema da educação no Brasil se estende ao mecanismo ensino-aprendizagem, à remuneração e à capacitação dos profissionais de educação, ao déficit material obsoleto que os docentes têm em suas mãos e aos desacertos de gestão de ensino e planejamento. (Prandi, et al. 2015.p.205)

Entre os fatores de diminuição da estrutura, pode-se enfatizar a demissão em massa de empregados fundamentais, que dentro do sistema educacional básico, exercem funções de suma importância, para evitar o atraso do desenvolvimento de pessoas em formação, que dependem desse ambiente, para fomentar suas práticas e capacitações intelectuais.

Em uma escola do interior do Triângulo Mineiro, sob a orientação de experienciar o ambiente escolar como um todo e, a necessidade de cumprir com deveres acadêmicos formativos, foi possível acompanhar alguns dos impasses educacionais, anteriores e somados a pandemia, que elucidam o percalço desenvolvido entre a questão do ensino e os déficits pós pandêmicos.

Ao acompanhar a escola, bem como o desenvolvimento das atividades cotidianas observadas, foi possível avaliar de forma qualitativa a estruturação física em investimentos do local, como estado de preservação dos livros didáticos, se possuía aparelhos de auxílio tecnológico, como também, componentes de lazer e as condições de estrutura das salas de aula. Entretanto a escola referida se encontra em uma situação de negligência administrativa, dado a baixa disponibilização de recurso materiais de funcionalidade, esses diagnosticados como alguns dos contribuintes para o retardo do progresso do ensino.

Dadas as observações, pode se dizer que em toda estrutura vinculada aos serviços direcionados ao público ao público ou não, são necessárias repartições que elucidam de forma clara e objetiva, as determinações de cada setor, como também, os responsáveis pela ordem dentro daquele sistema, e assim, partindo do conhecimento das designações necessárias, são possibilitados o cumprimento das competências atribuídas. No caso do sistema escola não é diferente.

A designação de tarefas e atribuição de atividade, deve ser feita fundamentalmente ao empregado contratado para desempenhá-la, porém, como resulta as políticas neoliberais de sucateamento voltadas ao ensino, percebe-se um número cada vez menor de funcionários qualificados dentro das estruturas públicas. Com isso, é factível que, tanto o trabalho quanto os funcionários presentes, sofrem com as consequências do desgaste

físico e emocional, fomentados a má administração das instituições.

Na escola em questão, foi observado como um dos principais impasses de funcionalidade, a ausência de funcionários e a desorganização hierárquica dos cargos. Em vários momentos, foi possível observar situações em que a expectora de organização dos alunos estava ausente. Nessas condições, a professora acompanhada na prática do estágio supervisionado, ficava responsável pela manobra de recolhimento dos adolescentes que se encontravam fora da sala de aula e organização deles dentro desta. Esse movimento de recolhimento e organização de alunos, prejudicava de forma tamanha a desenvoltura da disciplina e atividades que essa professora fora contratada para exercer.

Também em decorrência do trabalho extra que a professora vinha desempenhando, organizando os alunos e, diga-se de passagem, as turmas cheias de 7º e 8º ano regular com cerca de 30 a 40 alunos, quantidade superior ao que a estrutura da sala suportava – a situação de trabalhado se tornava demasiada cansativa, levando a professora a uma exaustão desnecessária antes mesmo de começar seus ofícios primários que era dar a aula de sua disciplina.

Pensando que a cada troca de horários um docente tem que disponibilizar cinco a dez minutos de suas aulas, essas que já estão bem limitadas dentro do quadro da grade horaria semanal a depender da disciplina, para organização de alunos, é notável que o conteúdo que deveria ser ministrado em cinquenta minutos inteiros, pode ficar reduzido a quarenta minutos ou menos.

Ademais, dada as adversidades do progresso da aula, que geralmente contam com imprevistos variados, esse tempo fica ainda mais diminuto. Quando se faz um panorama geral, essa situação mencionada, vem da raiz de um problema causado pelo corte de gastos com funcionários, possibilitando ver de que forma isso afeta diretamente e negativamente, a formação de sujeitos que vão desempenhar papeis significativos na sociedade futuramente.

O professor nesse cenário desordenado, fica sucessível a situações adversas, alheias a sua formação e objetivo de contratação. Analisando a situação que se encontra essa professora, a mesma em uma das provocações feitas, alegou que está atuando como professora do ensino de história recentemente e, devido a conjuntura vigente, está completamente sobrecarregada não tendo interesses de continuar a docência.

Com toda a conturbação da função extra atribuída a professora acompanhada ainda

é preciso elucidar que em um cenário pós-pandêmico, os professores precisam administrar as recomendações do PRA (Plano de Recuperação da Aprendizagem) instituído pelo Governo de Minas Gerais em 2023<sup>5</sup>. De acordo com as normas do Ministério da Educação, essa adaptação foi feita para suprir os conteúdos que não foram aproveitados ou tiveram alguma lacuna de aprendizagem, devido a incidência da pandemia. Estas atribuições e adaptações do ensino, que deveriam ser feitas através da contratação de um profissional extra para auxiliar no processo de aprendizagem, são atribuídas aos professores que já estão sobrecarregados, mal remunerados e desmotivados, o que acaba sendo mais um fator sobrepesando a profissão.

A somatória das mazelas educativas anteriores a pandemia, acabam por se estender a todos os referenciais de sucateamento já citados, somados a desvalorização e sobrecarga do profissional da educação, além de favorecer desamparos muito maiores, segundo Luiz Roberto (2014) e contribuintes ao elucidar a situação, enfatizando uma passagem de Freitas.

[...] um exemplo disso são as crianças que se encontram no 6º ano do ensino fundamental e não dominam habilidade de ler e escrever. Esse fato é resultado direto do que acontece na estrutura educacional brasileira, pois praticamente todos os que atuam na educação recebem baixos salários, professores frustrados que não exercem com profissionalismo ou também esbarram nas dificuldades diárias da realidade escolar, além dos pais que não participam na educação dos filhos, entre muitos outros agravantes. (Prandi, et al. *Apud* Freitas 2014. 2015, p.210)

Como um problema estrutural de proporções tamanhas, somente uma reinstituição sistemática dos ímpetus governamentais poderiam iniciar as soluções dos impasses. Enquanto não é uma alternativa e, buscando o protagonismo do ensino nas causas possíveis, pensa-se diferentes abordagens que poderiam ser tomadas para a formação social desses jovens prejudicados pela incidência pandêmica.

---

<sup>5</sup> “O Plano de Recomposição das Aprendizagens é composto por um conjunto de ações com objetivo de garantir o direito à aprendizagem e assegurar o desenvolvimento de habilidades previstas na Base Nacional Comum e no Currículo Referência de Minas Gerais – CRMG, que não foram consolidadas pelos estudantes durante o período de ensino remoto vivenciado no período pandêmico. < <https://www.educacao.mg.gov.br/a-secretaria/concursoshttps://www.educacao.mg.gov.br/a-secretaria/concursos-e-editais/plano-recomposicao-das-aprendizagens-pra-2023/e-editais/plano-recomposicao-das-aprendizagens-pra-2023/>> Acesso em: 14 de março de 2024.

## Desafios para o ensino de história

Quando se trata de ensino, toda realidade é uma possibilidade de exercício e articulação do meio social com as competências disciplinares que se deseja trabalhar. Partindo da realidade enfrentada de um cenário pós-pandêmico, onde as relações pessoais foram afetadas, pensado que devido a essas limitações, as relações sociais vigentes antes do contexto de isolamento foram encurtadas, é notável que a sociabilização foi significativamente prejudicada.

Os jovens submetidos a essa realidade, perderam a grande oportunidade que somente trocas interpessoais, vindas de acúmulo de saberes, conversas e aprendizagens que a escola os proporciona. Em vista disso, é articulado o ensino de história como uma das finalidades competentes a formação do cidadão político, como enfatiza Bittencourt (2008), cabe instigar alternativas que fomentem o desenvolvimento pessoal, tanto individual como coletivo, desses jovens no meio escolar com o retorno as aulas presenciais.

A finalidade de uma *formação política* atribuída ao ensino de história está articulada a outra significativa finalidade: a da *formação intelectual*. A formação intelectual pelo ensino da disciplina ocorre por intermédio de um compromisso de criação de instrumentos cognitivos para o desenvolvimento de um “pensamento crítico”, o qual se constitui pelo desenvolvimento da capacidade de *observar e descrever, estabelecer relações entre presente- passado-presente, fazer comparações e identificar semelhanças e diferenças* entre a diversidade de acontecimentos no presente e no passado. (Bittencourt, 2008.p.122).

Dessa forma, utilizando-se melhor do que Luís Alves (2001) vai colocar como “paradigma socioconstrutivista que engloba a perspectiva de um ensino baseado em competências, assume-se, [...] a preocupação com um saber prospectivo e adaptável, deve dominar as preocupações de todos os que desejam formar os cidadãos de amanhã”.

Nessa perspectiva, é oportuno utiliza-se das premissas que dispõe a disciplina de história como mecanismo de articulação do saber teórico e prático, no ensinamento dos direitos e deveres necessários ao exercer participação política dentro de uma conjuntura social. As relações identitárias e mobilizações de saberes culturais servem para melhor estruturação dos componentes que envolvem o ambiente escolar, visto que esse, assim como toda a estrutura da sociedade moderna, é regida por acordos e ações coletivas, quando bem articuladas, servem para ir de encontro com a melhor adaptação e experiência

de todos.

Adaptando as aulas cotidianas de formas dinâmicas, podendo fazer o uso da ambientação lúdica, para melhor instruir uma organização cognitiva e efetiva, com base nos acordos cívicos de um breve contrato social, o primeiro encontro com esses jovens na sala de aula poderia sair dos moldes tradicionais da escola tecnicista e se aprofundar numa dimensão mais prática e moderna do conhecimento.

É possível, por meio de aulas dinâmicas, oficinas temáticas, aulas oficinas que promovem sociabilização, fazer o uso fundamental da apuração de saberes pré-existentes dos alunos. Esses jovens que saem de um período de exposição extrema a telas, atingidos com informações diversas, acabam possuindo uma bagagem de conhecimentos mútuos não explorados, o que proporciona a abertura para a problematização na sala de aula, podendo ser superados muitos percalços informativos vindo da exposição das mídias digitais, consumidas fortemente.

Sabendo que eles perderam muito do progresso de adaptação social orquestrado pela escola durante aproximadamente 3 anos, seria uma alternativa funcional de reinserção e inserção, para aqueles que estavam em seus primeiros anos de educação primária, quando ocorreu o advento da pandemia, ao ambiente escolar. Esse movimento pode ser feito visando as exigências quantitativas de avaliação e performance dessas crianças e jovens, em aproveitamento a uma disposição muito centrada e comunicativa, diferente da qual eles estavam habituados nos anos de isolamento.

Os principais resultados indicam que a pandemia gerou um significativo retardo na sociabilidade infantil, evidenciando lacunas no aprendizado e nas interações sociais. Observou-se que a falta de convivência escolar prejudicou a formação de habilidades essenciais, como a empatia, a comunicação e o trabalho em equipe, comprometendo a educação e a formação de cidadãos críticos e participativos. Além disso, os dados revelam que a reclusão social impactou negativamente a saúde mental das crianças, intensificando questões como ansiedade e depressão<sup>6</sup>, que já eram preocupantes antes da pandemia. A ausência de rotinas escolares e a limitação de interações sociais contribuíram para um

---

<sup>6</sup> Pandemia de COVID-19 desencadeia aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo. Paho.org. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2022-pandemia-covid-19-desencadeia-aumento-25-na-prevalencia-ansiedade-e-depressao-em>>. Acesso em: 18 set. 2024.

aumento do isolamento e da dificuldade em lidar com emoções, fatores que são fundamentais para o desenvolvimento saudável na infância.

### Considerações finais

A discrição do panorama em que se encontra as dificuldades relacionadas a questão do ensino no Brasil, ainda conta com impasses de proporções tamanhas, onde somente o desempenho do professor como educador, dentro de um regimento moldado para o exercício da função, não tem capacidades viáveis para solucionar.

Ainda que a pandemia tenha servido para desvelar a situação da educação, essa não foi o principal motivo de uma disfuncionalidade efetiva da estrutura sistemática da rede de ensino. É necessário pensar, para além dos moldes escolares o que se pode fazer pela educação, principalmente, o que desenvolver, investir e implementar para o fazer da educação.

O ensino de história, dentro de parâmetros tão exigentes consegue exercer, ainda que de forma dificultada e com pormenores diversos, alternativas que visam formar e construir sujeitos políticos e críticos, capazes de pensar em seus condicionamentos futuros. Dessa forma, é de suma importância a superação dos percalços e manipulações políticas, que estão incorporadas ao processo de ensino e aprendizagem, voltadas a interesses mercadológicos, intervenham de forma destrutiva e negligente nas ramificações e elaborações primárias da sociedade civil, sobretudo, do ensino básico e superior.

### Referências

ALVES, Luís Alberto Marques. A história local como estratégia para o ensino de História. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. **DEROUET**, 2001.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. História nas atuais propostas curriculares. in Ensino de história: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: **Cortez**, 2008

DUTRA, Joyce Luzia Chaves; CARVALHO, Natália Cristina Correa; SARAIVA, Thamires Aparecida Rodrigues. Os efeitos da pandemia de COVID-19 na saúde mental das crianças. **Pedagogia em Ação**, v. 13, n. 1, p. 293-301, 2020.

FERREIRA, Cecília; SIRLENE, Maria. A teoria histórico-cultural e a educação escolar numa perspectiva humanizadora. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 0643–0660, 2022. Disponível em:

<<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15753>>. Acesso em: 18 set. 2024.

MELLO, Suely Amaral. Algumas implicações pedagógicas da escola de Vygotsky para a educação infantil. **Pro-Posições**, v. 10 n.1. 1999.

NICOLINI, Cristiano; SILVA, Maria da Conceição. "Ensino de História em tempos de pandemia: percepções e narrativas de estudantes da Educação Básica de Goiás, Brasil." **CLIO: Revista Pesquisa Histórica** 40.1. p. 6-25. 2022.

OPAS. Pandemia de COVID-19 desencadeia aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo. Paho.org. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2022-pandemia-covid-19-desencadeia-aumento-25-na-prevalencia-ansiedade-e-depressao-em>>. Acesso em: 18 set. 2024.

PRANDI, Luiz Roberto et al. As mazelas da Educação Pública no Brasil: do atraso à instrumentalização política do ensino. **Educere-Revista da Educação da UNIPAR**, v. 15, n. 2, 2015.

Enviado em: 20/09/2024